

# **CENTRE FOR BRAZILIAN STUDIES**

UNIVERSITY OF OXFORD

**Antropologia da política: uma perspectiva brasileira**

Karina Kuschnir

Working Paper Number  
CBS-64-05

Centre for Brazilian Studies  
University of Oxford  
92 Woodstock Rd  
Oxford OX2 7ND

## **Antropologia da política: uma perspectiva brasileira**

*Karina Kuschnir*

*Associate Professor of Media Studies, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro and  
CNPq Visiting Fellow, Centre for Brazilian Studies  
(January – March 2005)*

**Working Paper  
CBS-64-05**

### **Abstract**

This paper discusses the subject of the anthropology of politics in Brazil, focusing on ethnographic research about politics in the strict sense of the term, that is, social practices related to the institutional structure of power in society, such as elections, legislative representation, government etc. The paper is divided into six sections. In the first three – "History", "Brazil" and "Political culture" – I discuss the anthropology of politics bibliography and some of its theoretical aspects. In the next two sections -- "Rituals and politics" and "Urban space and mediation" – I present some examples of empirical research in the field. In the section "Fieldwork", my goal is to debate the methodological issues related to ethnographic research on the anthropology of politics. In "Final considerations", I discuss the problems of interdisciplinary perspective and the challenges presented by the anthropological research agenda.

## **Resumo**

Este texto apresenta o campo da antropologia da política no Brasil, com foco em pesquisas etnográficas sobre política no sentido mais estrito do termo, isto é, as práticas sociais relacionadas com a estrutura institucional de poder na sociedade, tais como eleições, representação parlamentar, governo etc. O artigo divide-se em seis seções. Nas três primeiras – "História", "Brasil" e "Cultura Política" – discuto a literatura sobre o tema da antropologia da política e alguns de seus aspectos teóricos. Na duas seções seguintes – "Rituais e política" e "Espaço urbano e mediação" – procuro apresentar alguns exemplos empíricos de pesquisa no campo da antropologia da política. Na seção "Trabalho de campo", meu objetivo foi discutir os problemas metodológicos relacionados com as pesquisas etnográficas nesta área. Nas "Considerações finais" discuto o problema da interdisciplinaridade e os desafios dessa agenda de pesquisa.

## Introdução

A antropologia da política dedica-se ao estudo das relações de poder nas diversas dimensões da vida social. Dentro da tradição da disciplina, essa compreensão é feita através de pesquisas etnográficas, com realização de entrevistas e observação participante. Tradicionalmente, isso significa que há um convívio do pesquisador com um ou mais pequenos grupos sociais, de preferência por um longo período de tempo. A utilização de material histórico, documentos ou dados produzidos a partir de pesquisas de larga escala também têm tido papel importante dentro do campo.

Antropologia política ou antropologia *da* política? Utilizo a segunda opção por um motivo gramatical simples, mas com consequências teóricas importantes. A diferença crucial entre os dois termos é que, no primeiro, a palavra “política” tem o papel adjetivo, enquanto no segundo é compreendida como o objeto da disciplina antropologia.<sup>1</sup> A mudança na denominação do campo indica a preocupação dos antropólogos em não confundir o objeto de suas pesquisas com uma possível posição ideológica de seus pesquisadores. Poderíamos dizer que é a opção pela “vocação científica” em detrimento da “vocação política”, nos termos de Weber.

No Brasil, a adoção do termo “antropologia da política” acompanha mudanças semelhantes na Europa e nos Estados Unidos, onde encontramos cada vez mais menções à “anthropology of politics” (ou “anthropologie du politique”, na França) ou mesmo “anthropology and politics”. Porém, muitos livros e artigos na área ainda são classificados como “antropologia política” à moda antiga. Isso ocorre porque os catálogos de assuntos trabalham com listas de categorias fixas. A maioria dos que estão em uso hoje em dia segue denominações das décadas de 1950 e 60.

Não pretendo abordar aqui todos os temas e problemas relacionados à antropologia da política. Isso nem seria possível num texto deste tamanho (tal empreendimento encontra-se em Vicent, 1990). Meu foco serão os estudos antropológicos produzidos no Brasil sobre política no sentido mais estrito do termo, isto é, as práticas sociais relacionadas com a estrutura institucional de poder na sociedade, tais como eleições, representação parlamentar, governo etc. Isso não significa de forma alguma que os estudos sobre relações de poder em outras esferas sejam menos importantes.

O exercício do poder envolve relações de ordem econômica, familiar, religiosa, geracional, de gênero, entre tantas outras. O próprio histórico da antropologia política aponta para a centralidade das relações de parentesco na

---

<sup>1</sup> Sobre essa distinção, ver Peirano (1998).

organização política de certas sociedades africanas. Poderíamos dizer o mesmo em relação ao campo religioso, das artes, da educação ou das relações de gênero. Se privilegio o campo da política no sentido mais comum do termo, é apenas porque esse é o universo que conheço melhor como pesquisadora e leitora da bibliografia existente.

Este texto divide-se em seções. Nas três primeiras – Histórico, Brasil e Cultura Política – discuto a literatura sobre o tema da antropologia da política e alguns de seus aspectos teóricos. Na duas seções seguintes – Rituais e política e Espaço urbano e mediação – procuro apresentar alguns exemplos de temas de pesquisa com os quais trabalhei. Na seção Trabalho de campo, meu objetivo foi discutir os problemas metodológicos relacionados com as pesquisas etnográficas nesta área.

### **Histórico**

A expressão “antropologia política” foi consagrada na década de 1950, num já famoso texto escrito por David Easton (1959). Mas, já nas décadas de 1930 e 40, os antropólogos começavam a questionar de modo veemente as visões etnocêntricas presentes nos estudos relacionados às práticas políticas das chamadas sociedades “primitivas”. Paralelamente ao esforço de compreensão do *outro* empreendido pelos estudos de *cultura e personalidade*, que voltavam-se progressivamente para a análise das sociedades contemporâneas, diversos trabalhos estavam sendo produzidos pela antropologia a respeito dos modos de organização social das sociedades africanas. Esses trabalhos acabaram configurando-se como um conjunto convencionalmente denominado de *antropologia política*, apesar da grande variedade e heterogeneidade presentes (Easton, 1959).<sup>2</sup>

Para Radcliffe-Brown, um dos principais representantes desse segmento, o estudo do sistema político de uma sociedade constituía-se em um dos meios privilegiados para se compreender a natureza de suas instituições sociais.<sup>3</sup> A problemática mais ampla da chamada antropologia africanista era a da necessidade de se encontrar instrumentos teóricos capazes de lidar com o sistema de organização e controle da força nas sociedades tribais africanas, que não tinham a presença de um Estado centralizado nos moldes europeus. Os antropólogos recusavam-se a classificar as sociedades primitivas pela negatividade, preferindo buscar em outras dimensões da vida social os meios de conformação da sua organização política.

---

<sup>2</sup> Parte dessa discussão foi anteriormente publicada em Kuschnir e Piquet-Carneiro (1999).

<sup>3</sup> Em prefácio ao clássico *African Political Systems*, de 1940 (Fortes e Evans-Pritchard, 1961).

Ao dissociar o entendimento da política da presença de instituições baseadas nos modelos da sociedade ocidental, a antropologia reafirmava a importância da pesquisa etnográfica para um entendimento mais profundo da vida social. A monografia de Evans-Pritchard sobre o sistema político Nuer, publicada em 1940, é um dos marcos dessa perspectiva de análise (Evans-Pritchard, 1978). O autor desloca a discussão sobre a ausência de um Estado centralizado, mostrando que o sistema de parentesco era a chave da organização política daquela sociedade. Sua definição não se dava em uma instituição central, e sim pela existência de um “relacionamento estrutural” de antagonismos persistentes e equilibrados, expressos em guerras com povos vizinhos, mas próximos culturalmente. O entendimento da estrutura política Nuer dependia da compreensão do princípio segmentário de organização dos diversos grupos e do permanente conflito entre valores rivais dentro de um mesmo território.

Em *Political Systems of Highland Burma*, de 1954, Leach (1996) critica duramente a noção de sociedades em “equilíbrio contínuo” que está subjacente à maior parte dos trabalhos da coletânea organizada por Fortes e Evans-Pritchard (1961). Para Leach, que havia acabado de publicar sua monografia sobre os *kachin*, era necessário mostrar que a estrutura social está em permanente mutação, parecendo estável e coerente apenas no relato etnográfico. A antropologia precisaria rever essa concepção de sociedade se quisesse dar conta dos processos de transformação e mudança. Em contraposição aos africanistas, Leach defendia a tese de que certas sociedades, pautadas pela convivência de culturas e visões de mundo heterogêneas, são estruturalmente instáveis. A partir dessa perspectiva, o autor procurava dar conta das dimensões aparentemente incoerentes da vida social, buscando compreender seus mecanismos de integração e conflito. Essa seria também, em linhas gerais, a abordagem de diversos outros autores que contribuíram decisivamente para o campo da antropologia política, como Gluckman, Turner, Swartz, Epstein, Friedrich, Middleton e Tuden, entre outros.<sup>4</sup>

A valorização do trabalho de campo como método para se compreender a cultura e a diversidade das experiências políticas permeia toda a produção da antropologia, de um modo geral, mas também da antropologia política. Turner (1974) foi um dos autores que, para fugir às análises estáticas da vida social, realizou pesquisas de campo levando em conta a dimensão da subjetividade dos atores sociais. A observação daquilo que ele definiu como um “drama social” envolvia trabalhar com diversos campos de ação, onde se passam disputas individuais e

---

<sup>4</sup> Ver Swartz, Turner e Tuden (1976 [1966]) e Swartz (1968).

coletivas em permanente oscilação entre ordem, mudança, equilíbrio e desequilíbrio (Turner, 1968:150).

Trabalhando na mesma época, e em alguns empreendimentos comuns, Swartz (1968) procura ampliar o universo de investigação do pesquisador para além da ação dos atores, englobando seu repertório de valores e significados, assim como seus relacionamentos internos e externos. Isso se daria em níveis distintos porém encompassadores, como as camadas de um movimento circular. A identificação do caráter político dessas esferas seria dada pela existência de eventos ligados diretamente à implementação de objetivos comuns (*public goals*), assim como à distribuição e uso do poder dentro do grupo (ou grupos) relacionada a esses objetivos.

É importante destacar que uma das preocupações centrais desses antropólogos era ampliar o conceito de atividade política para além das fronteiras das esferas de atuação do Estado. No caso das sociedades africanas, particularmente, tratava-se de rediscutir o papel do Estado colonial e as repercussões desse modo de dominação na cultura e na organização social dos grupos locais. As relações de parentesco, étnicas e religiosas são repensadas, revelando-se que estas constituem dimensões fundamentais – por vezes, exclusivas – de atualização da vida política. Valoriza-se também o papel de indivíduos singulares que, dentro de contextos complexos, atuam como mediadores entre múltiplos níveis culturais.<sup>5</sup> A partir dos anos 1950 e 60, as análises se historicizam, chamando atenção para os processos de transformação das estruturas sociais.

Cabe ressaltar também a importância da obra de Pierre Clastres (1982 [1980] e 1988 [1974]) para a constituição de uma antropologia política. Talvez mais do que qualquer outro, Clastres foi o autor que propôs uma relativização radical da noção de política. Na sua visão, o poder político é universal, inerente ao social e, diferentemente do que ocorre nas sociedades com Estado, pode ser exercido de forma não-coercitiva. Nas sociedades primitivas, principalmente nas do cenário americano (privilegiadas em seus estudos etnográficos), a finalidade do poder não é impor a vontade do chefe sobre o grupo, mas sim expressar o “discurso da sociedade sobre ela mesma”, de modo a preservar seu caráter solidário e indiviso (1982:108-109).

Clastres redefine a noção de poder, discutindo a concepção ocidental acerca da relação sociedade e Estado. A análise do poder primitivo também serve de

---

<sup>5</sup> Mais tarde, devolveram-se importantes trabalhos sobre mediação e política. Destacam-se, entre outros, Foster (1977), Landé (1977), Wolf (1969), que desenvolveram reflexões acerca de um amplo e heterogêneo conjunto de relações pessoais – favores, compromissos, lealdades clientela etc.

pretexto para que o autor faça uma crítica àqueles que apontam a primazia das esferas econômica na determinação da vida social. Para Clastres, são as relações de poder e, portanto, a esfera da política, que estruturam as relações sociais. Esta visão tem um caráter singular dentro da antropologia política porque, como dissemos anteriormente, Clastres recusava as definições de poder coercitivo das sociedades “civilizadas”. Por isso mesmo, suas pesquisas não encontraram apenas outras formas e princípios de expressão das relações de poder (como fizeram muitos africanistas, segundo se criticou mais tarde), mas sim um poder fundamentado em princípios radicalmente diferentes – um poder que se exercia em nome do grupo com a finalidade de perpetuar o caráter igualitário das relações sociais.

Embora tenha valorizado o diálogo, Clastres manteve uma independência intelectual que torna suas obras difíceis de classificar segundo correntes de pensamento mais difundidas. Seja como for, seu trabalho traz uma importante contribuição para os estudos antropológicos da política, na medida em que problematiza a naturalização do conceito de poder das sociedades ocidentais, buscando compreender a política segundo os contextos culturais em que é vivenciada e atualizada.

A tentativa de definir aquilo que seria universal na política também foi o objetivo do antropólogo F. G. Bailey (1970), mas suas proposições diferem das de Clastres. Para Bailey, que vem constituindo uma vasta obra sobre diversas dimensões e acepções da política na vida social, existiriam, a despeito de diferenças culturais e contextuais, certas regras universais relativas aos comportamentos políticos.

A idéia de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais, de um modo geral, é um dos temas fundamentais da antropologia que tem se dedicado às análises sobre a política. Em recente balanço sobre essa vertente da disciplina, McGlynn e Tuden (1991) defendem esse ponto de vista. O poder (ou a política) estaria presente em todas as relações sociais onde existe algum tipo de assimetria. Caberia ao antropólogo estudá-lo dentro de um contexto sociocultural, identificando suas dimensões materiais, psicológicas e sociais, sem deixar de lado os processos de mudança dessas configurações.

## **Brasil**

Na década de 1990, os antropólogos brasileiros parecem ter renovado seu interesse pela política. Diversos trabalhos importantes foram produzidos no período, tendo como foco principal análises etnográficas a respeito das práticas políticas, seja



em pequenas localidades rurais, seja nas grandes metrópoles e centros urbanos.<sup>6</sup> Esta agenda de pesquisa propõe uma antropologia *da* política, privilegiando a abordagem etnográfica, com ênfase em análises comparativas, buscando elaborar “visões sociologicamente positivas do lugar da política na sociedade e cultura brasileiras” (Palmeira, 1998:11).<sup>7</sup>

A partir de pesquisas etnográficas, Palmeira (1991) sugere que, para refletirmos sobre as práticas políticas na sociedade brasileira, especialmente aquelas identificadas como “tradicionais” e “clientelistas”, deve-se chamar atenção não tanto para a dimensão individual, racional, do voto, mas para seu valor como um ato de *adesão* às facções sociais evidentes na disputa eleitoral. A *adesão* seria um processo de comprometimento mais amplo, envolvendo não apenas o indivíduo, mas quase sempre também sua família, suas redes de relações e outras unidades sociais significativas, sem que se exclua a possibilidade de os conflitos interferirem decisivamente nesse contexto (p. 120-121). Para o autor, a compreensão do comportamento eleitoral dependeria da adoção de uma perspectiva mais “sociológica”, em que as ações dos eleitores fossem percebidas segundo as estruturas “sociais e simbólicas” que as circunscrevem, atravessando “diferentes unidades sociais, individuais ou não, inculcando-lhes significado” (Palmeira, 1992:30).

Em análises centradas nos momentos eleitorais em pequenas cidades no interior do Brasil, Palmeira e Heredia (1993, 1995 e 1997) têm desenvolvido o conceito de *tempo da política* para designar os períodos em que a população percebe a política e os políticos como parte da sua vida social. Nessas sociedades, que teriam como valor a união e a estabilidade (representadas muitas vezes sob a forma do modelo familiar), a política é vivida como um fenômeno sazonal por estar identificada como a divisão e o conflito. Dessa forma, os autores chamam atenção para a política tal como ela é experimentada dentro de um universo cultural e histórico específico. Os eleitores deixam de ser “seres abstratos”, tão caros aos teóricos da democracia.<sup>8</sup> A investigação antropológica da política deve concentrar-se não no isolamento de temas e fenômenos mas justamente no seu entrelaçamento, e na “multiplicidade de questões envolvidas”, como chamam atenção Goldman e

---

<sup>6</sup> Boa parte da produção antropológica nesta área está associada ao Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), fundado por pesquisadores de diversos estados e universidades brasileiras. Uma síntese do projeto do NuAP está em Palmeira (1998). Ver também Barreira, I. (1998), Barreira, C. (1998), Bezerra (1995 e 1999), Teixeira (1998), Chaves (1998), Coradini (2001), Comerford (1998 e 2004), Scotto (2004), além do trabalho dos autores presentes nas coletâneas organizadas por Palmeira e Goldman (1996), Barreira e Palmeira (1998), Heredia, Teixeira e Barreira (2002), entre outros. Fora do âmbito do NuAP também têm sido produzidas diversas pesquisas importantes, como as de Lanna (1995), Viegas (1997), Castilho (1994 e 2000) e Grill (1999), entre outras.

<sup>7</sup> A distinção entre as agendas da antropologia política, ciência política e antropologia da política está discutida em Peirano (1998a).

<sup>8</sup> A expressão é de Offerlé (1993) e está citada em Goldman e Sant’Anna (1996).

Sant'Anna (1996). Poderíamos escapar de julgamentos etnocêntricos sobre votar certo ou errado, se uma campanha é correta ou ruim, percebendo, em seu lugar, que existem “diferentes modos de se pensar e viver o político”, cabendo ao pesquisador encará-los como concepções que nos ajudam a entender “a prática e as demais representações” dos agentes em jogo (Goldman e Sant'Anna, 1996).

As análises de Bezerra (1995 e 1999) e de Teixeira (1998), por exemplo, colocam em prática essas premissas investigando a política fora do período eleitoral. Ambos ajudam a compreender a interface entre a lógica desse universo com processos e mecanismos sociais mais amplos da sociedade brasileira. Através de estudos do meio político, os autores mostram a vitalidade de valores e representações dessa sociedade, como a noção de honra (Teixeira, 1998) e a das relações de caráter pessoal (Bezerra, 1995). Os conceitos são desenvolvidos em sua positividade, isto é, através de seu significado para os atores sociais e não em comparação a modelos teóricos que fundamentam o sistema político. Diferentemente das análises que costumam classificar as práticas políticas clientelísticas e personalistas como deturpações de um modelo, Bezerra, nos dois trabalhos já citados, mostra que as trocas fundadas a partir das relações pessoais (que, por vezes, se transformam em corrupção) constituem e regulam, em diferentes combinações, o funcionamento das instituições políticas.

Em diversos trabalhos, venho desenvolvendo reflexões tendo como foco indivíduos cuja atividade está centrada na esfera política.<sup>9</sup> O exame de trajetórias individuais, associado ao mapeamento das redes sociais que os rodeiam e sustentam, tem permitido discutir a multiplicidade de percepções e valores associados à prática política. As pesquisas etnográficas realizadas têm como *locus* privilegiado a cidade do Rio de Janeiro que, por seu caráter metropolitano, está marcada pela heterogeneidade, fragmentação e diversidade das experiências sociais. Dentro dessa convivência de diferentes mapas e códigos de significação da realidade, os parlamentares atuam como *mediadores* fundamentais entre níveis de cultura, servindo como tradutores entre os valores, projetos e dramas da população, de um modo geral, e as esferas constituídas do poder público. Assim, a análise de trajetórias de parlamentares específicos, em suas dimensões subjetivas e objetivas, contribuiria para entender as motivações e disposições de atores sociais cuja atividade está diretamente vinculada ao exercício e controle da autoridade e do poder em nossa sociedade.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Ver, entre outros, Kuschnir (1993, 1998 e 1999) e Velho e Kuschnir (1996).

<sup>10</sup> Velho e Kuschnir (1996).

## Cultura política?

Por que os estudos de antropologia da política não adotam mais freqüentemente o conceito de “cultura política”? Embora ainda utilizada em alguns casos (Gledhill, 1994), a expressão cultura política foi sendo gradualmente afastada do campo da antropologia. É um termo que ficou muito associado aos estudos de ciência política e à realização de pesquisas de opinião. É atraente, a princípio, por combinar o campo da política justamente com a variável cultural, especialidade antropológica. Essa era exatamente a intenção de seus primeiros formuladores, inclusive.

Cultura política é um conceito que nasceu de várias tradições disciplinares. A expressão foi criada na década de 1960 por Almond e Verba (1963) a partir da combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos. O objetivo era incorporar nas análises da política da sociedade de massas contemporânea uma abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto do ponto de vista das elites, quanto do público desta sociedade. A noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores.<sup>11</sup>

O livro *The Civic Culture* de Almond e Verba (1963) é a referência contemporânea obrigatória no debate sobre o conceito de *cultura política*. O objetivo central desses autores era discutir o papel da cultura política no funcionamento dos regimes democráticos. Almond e Verba definiram cultura política como a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população. (1963:13). O conceito, entretanto, é freqüentemente utilizado em estudos de comportamento político sem que seja feita uma exposição mais detalhada dos seus fundamentos teóricos.

A noção de cultura política utilizada por Almond e Verba e em vários estudos que os sucederam atribui grande importância ao processo de socialização (que tem lugar em espaços sociais distintos como a família, a escola e o trabalho) na definição do comportamento político. A suposição que permite estabelecer a relação entre o processo de socialização e o comportamento político nos modelos de cultura política exige o reconhecimento de que as respostas dos atores a situações sociais

---

<sup>11</sup> Parte dessa discussão foi anteriormente publicada em Kuschnir e Piquet-Carneiro (1999). As principais referências para a definição do conceito de cultura política estão em Almond e Verba (1963 e 1980) e Pye e Verba (1965). Nos últimos anos, foram feitas no Brasil três revisões bibliográficas sobre o tema por Krischke (1997), Rennó (1998) e Kuschnir e Piquet-Carneiro (1999).

objetivas não ocorrem em um estágio único, onde nenhum componente subjetivo intervém. Ao contrário do que propõem os modelos básicos da teoria da escolha racional, hoje dominantes na ciência política, as respostas se dão através de orientações mediadas pela avaliação subjetiva que o ator realiza destas situações sociais.<sup>12</sup>

Para a elaboração do conceito de cultura política, Almond e Verba inspiraram-se em trabalhos das mais diversas áreas do conhecimento, como a história, a filosofia, a antropologia, a sociologia e a psicologia, que haviam se dedicado ao estudo das dimensões subjetivas da política. Nesse universo, a principal referência é a chamada Escola de Cultura e Personalidade que se desenvolveu nos Estados Unidos no pós-guerra dos anos 1920 até aproximadamente o final da década de 1960. Naquele momento, influenciados pelo contexto histórico e político, diversos antropólogos, como Edward Sapir, Margaret Mead e Ruth Benedict, vinculados à tradição culturalista iniciada por Franz Boas, direcionaram suas pesquisas para a compreensão da cultura, de um modo geral, e das questões relacionadas ao caráter nacional.

A noção de *cultura* utilizada por Almond e Verba tem inspiração direta na formulação do conceito por parte desse grupo de antropólogos.<sup>13</sup> Uma das referências-chave é *Patterns of Culture* de Ruth Benedict (1934). A cultura era entendida aqui como uma articulação de padrões de comportamentos apreendidos socialmente através de processos de transmissão de tradições e idéias, sem qualquer determinação biológica (Benedict, 1934:14-16). Não se tratava apenas de definir o conceito de cultura, mas de elaborar um método de estudá-lo nas sociedades contemporâneas, onde se multiplicam os processos de comunicação e complexificação da vida social. Para o pesquisador, tornava-se particularmente difícil isolar objetos de pesquisa sem perder de vista o caráter holístico do conceito de cultura, isto é, a integração e a articulação dos diferentes aspectos do conjunto.

Dentro desta perspectiva, a observação etnográfica foi apontada como o método, por excelência, capaz de elucidar as motivações, emoções e valores que dão significado aos comportamentos individuais de uma determinada cultura. Para o estudo da sociedade ocidental, era preciso estar atento para a convivência de múltiplos códigos culturais que não estão, necessariamente, circunscritos a regiões geograficamente delimitadas nem a instituições sociais específicas. A compreensão do comportamento individual partia do princípio que indivíduo e sociedade reforçam-se mutuamente, não constituindo entidades distintas (Benedict, 1934:251).

---

<sup>12</sup> Ver Kuschnir e Piquet-Carneiro (1999).

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, Almond e Verba (1963:11-13).

Trabalhando principalmente no período entre-guerras, esses antropólogos estavam acima de tudo preocupados em chamar atenção para o aspecto relativo das características culturais. Na perspectiva destes autores, a cultura ocidental não deveria ver a si própria (ou ser vista) como um padrão universalmente válido de aferição das demais formas de organização social. Era preciso, como escreve Benedict, apostar na tolerância entre modos de vida e na coexistência dos distintos, porém igualmente válidos, padrões culturais da humanidade (1934:278).

Alguns anos mais tarde, já no âmbito da segunda Guerra Mundial, as concepções e métodos de pesquisa da Escola de Cultura e Personalidade passam a ser direcionados para os estudos de *caráter nacional*. É sobretudo esse desdobramento que exerce influência decisiva sobre o trabalho de Almond e Verba e, conseqüentemente, sobre sua definição de cultura política. Em comum entre as duas perspectivas está o objetivo de compreender como os indivíduos absorvem a cultura em que vivem. A noção de caráter nacional vinha tentar suprir uma lacuna dos estudos de cultura e personalidade, que pareciam não dar conta, por trabalharem através de métodos de observação direta, de definir aquilo que haveria de comum na cultura compartilhada por cidadãos de uma sociedade/nação contemporânea (Mead, 1962:396). A maior ou menor homogeneidade de um caráter nacional dependeria do grau de uniformidade e controle dos governos sobre os indivíduos e a sociedade. Há, nesta abordagem, o pressuposto de que cada membro da sociedade é representativo de um padrão cultural mais amplo, apreendido através de processos de socialização e comunicação. Por isso mesmo, a definição dos padrões culturais que compõem um caráter nacional dependeria menos de pesquisas quantitativas, de grande amplitude, do que de investigações, multidisciplinares e em profundidade, de experiências subjetivas.

Naquele momento de perplexidade, durante e após a segunda Guerra Mundial, fazia-se mais do que nunca necessário pensar o papel político dos Estados-Nação. Principalmente, porque cada vez mais constatava-se que indivíduos e grupos conduziam suas atividades em função dos chamados “valores nacionais”. Para Mead, o valor dos estudos de *caráter nacional* estava justamente na sua busca por compreender “como os comportamentos culturais são representados na estrutura intra-psíquica dos indivíduos de uma cultura” (1962:405).

Embora com abordagens e métodos de pesquisa diferentes, a reflexão de Almond e Verba sobre cultura política caminha na mesma direção dos estudos de caráter nacional. Inspirados por esses trabalhos, os autores importam o conceito de cultura da antropologia, no sentido assumidamente simplificado de “orientação psicológica em relação aos fatos sociais” (1963:15). A “cultura” (tal como definida na

noção de cultura política) parte desse princípio, considerando a existência de padrões de comportamento relativamente estáveis e consistentes em uma determinada sociedade. A “política”, por sua vez, é concebida como uma esfera autônoma que, por isso mesmo, poderia ser percebida, analisada e avaliada pelos indivíduos desta sociedade.

Cultura política, portanto, remete a uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político. É preciso ressaltar, porém, que a utilização da noção por parte de seus autores está vinculada a uma preocupação quanto às condições de desenvolvimento dos sistemas políticos democráticos. Dessa forma, em sua própria gênese, o conceito de cultura política não pode ser dissociado da idéia de que um modelo de comportamento político nas democracias participativas. Diferentemente dos antropólogos, cuja noção de cultura traz implícita a idéia de relativização, Almond e Verba entendem que a cultura política democrática – ou cultura cívica, para usar a terminologia dos autores – é uma conquista da sociedade ocidental. Seu projeto é entender como essa cultura tem sido absorvida (ou não) nas sociedades contemporâneas.

Nos países que passaram por regimes autoritários, os estudos de cultura política voltaram-se para análises da presença e difusão de valores democráticos na sociedade. No caso específico da transição latino-americana, várias pesquisas tiveram como foco o processo de transição político-institucional e as mudanças (ou não) de atitude frente à democracia. É interessante observar que os estudos de cultura política acabaram restringindo-se ao campo da ciência política, praticamente deixando de lado o debate com a tradição antropológica que, como vimos, teve um papel fundamental para a conformação do seu conceito-chave. A discussão em torno da rentabilidade da noção de cultura política permite retomar esse diálogo.

A maior parte dos antropólogos brasileiros tem evitado o uso do conceito de cultura política. Em alguns casos, usa-se o termo frouxamente, sem remeter à sua origem e conceituações fundamentais formuladas por Almond e Verba. Assim, privilegia-se a força do conceito antropológico, que entende cultura como rede de significados que dá sentido à percepção da realidade. Aqui, a política compõe o conceito apenas reforçando o fato de que se tratam de etnografias acerca de valores e práticas atualizados na esfera das atividades políticas, no sentido institucional do termo (eleições, representação parlamentar, organização partidária, funcionamento legislativo etc.). O apelo fortemente normativo e etnocêntrico presente nos trabalhos fundadores dos estudos de *cultura política*, principalmente em Almond e Verba (1963), acabou por afastar os antropólogos deste debate.

Os estudos de cultura política enfatizam a inserção dos indivíduos em

unidades sociais mais amplas, pressupondo uma maior possibilidade de generalização do que nos estudos de orientação tipicamente antropológicos. Nestes, pela própria opção do método etnográfico, prevaescem análises que procuram enfatizar a heterogeneidade e a diferenciação das inserções e papéis sociais.

É possível reconhecer ainda que existe na antropologia uma preocupação permanente em não isolar a política das demais dimensões da vida em sociedade, sendo que a própria noção de poder não está relacionada apenas às instituições explicitamente políticas.<sup>14</sup> Por isso mesmo, é claro que pesquisas baseadas no conceito de cultura política, entendido tal como definiram Almond e Verba e autores posteriores, são típicas da tradição disciplinar da ciência política. Porém, uma vez que estudos antropológicos e políticos partilham muitas vezes seus objetos, deveria haver um diálogo mais profícuo entre estas tradições de pesquisa social.<sup>15</sup>

Isso iria valorizar o rendimento de análises que pressupõem maior complexidade da vida social, não deixando de lado a dimensão da subjetividade, tanto na antropologia quanto na ciência política. Um esforço no sentido de compreender como a sociedade interpreta, elabora e vivencia as suas instituições políticas só pode trazer benefícios para ambas as disciplinas.

Um dos magistrais exemplos de análises desse gênero é o estudo *Street Corner Society*, de William Foote Whyte (1981 [1943]). Pouco depois de sua publicação, o autor escrevia um artigo justamente conclamando os cientistas políticos a adotarem uma perspectiva mais comportamental para o estudo da política em sua própria sociedade (Whyte, 1943). De lá para cá, segundo Vincent (1990), a proposta de Whyte teve alguma repercussão na ciência política, mas pouca, ou nenhuma, por parte dos próprios antropólogos. A estes, provavelmente escapa o fato de que *Street Corner Society* é uma referência fundamental para a antropologia da política.

### **Rituais e política**

Dentro da tradição antropológica, uma das abordagens que adquiriu maior peso foi a da associação entre política e sua dimensão ritual. Essa dimensão de análise aparece fortemente em alguns trabalhos seminais da área como os de Turner (1974), Leach (1996) e Geertz (1980). No Brasil, a abordagem vem sendo igualmente valorizada, como no recente *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais* (Peirano, 2002).

---

<sup>14</sup> A esse respeito, ver as interessantes considerações de McGlynn e Tuden (1991) e Peirano (1998).

<sup>15</sup> Ver Leach (1967), acerca do debate entre os rendimentos da pesquisa quantitativa e do trabalho de campo.

Em minhas próprias pesquisas de campo, empreendi um estudo sobre rituais de comensalidade em campanhas políticas, definidos como celebrações que encenam simbolicamente a eleição do político. São eventos marcados pelo consumo de comidas e bebidas por parte de eleitores e candidatos. Os papéis desses personagens são bem definidos, com falas e comportamentos previsíveis. Os cenários são recorrentes, assim como os elementos e participantes acessórios.<sup>16</sup>

Como sabemos, rituais são cerimônias que reforçam e atualizam papéis sociais. Nestes, concepções a respeito da política e do mundo social são na maioria das vezes confirmadas, forjando, ainda que temporariamente, a identidade dos participantes como grupo. No caso das campanhas políticas, conquistar votos não é a motivação principal desses rituais, uma vez que a maioria dos participantes já está predisposta a votar no candidato celebrado. Sua motivação central é certificar a identidade do candidato como político digno do exercício de um mandato, justamente num momento em que esta identidade está ameaçada pela aproximação das eleições e pelo caráter secreto das mesmas. No caso de candidatos à reeleição, trata-se de compensar a perda progressiva dessa identidade, posta em risco pelo novo pleito.

Rituais de comensalidade, assim como outros eventos da campanha eleitoral, procuram compensar o caráter *cíclico* dos papéis sociais na política. Problemas de identidade são uma marca na trajetória de políticos. Enquanto na maioria das profissões liberais a formação escolar define a identidade profissional, na política essa identidade é muito mais incerta, dependente de forças externas. O clímax desse problema é vivido durante as eleições, onde festas, celebrações e trocas expressam esse estado liminar da identidade dos candidatos com seus eleitores.

Como observaram Palmeira e Heredia (1997:182), “entrar na política é correr o risco de ser derrotado e, antes disso, numa situação limite, perder a própria vida.” A própria externalidade da política, como algo para o qual se “entra”, dizem os autores, “confirma a idéia de que a política, por se uma atividade de risco, requer habilidades especiais, só encontráveis nos ‘políticos’, vale dizer, aqueles que, em uma tradução livre da fórmula de Bourdieu, ‘vivem para a política porque vivem da política’”. Ao tomar as dimensões de comensalidade nas campanhas políticas como objeto de análise, temos a chance de observar como esse risco da política é vivenciado pelos atores envolvidos.

Lugares de sociabilidade por excelência, restaurantes, bares e barracas de

---

<sup>16</sup> Parte dessa discussão encontra-se mais aprofundada em Kuschnir (2002).



feiras tornam-se locais privilegiados para se fazer política durante a época das eleições. Nesse período, que pode ser mais ou menos marcado como um “tempo da política”, segundo cada localidade, a política interfere na leitura dos significados do cotidiano, colorindo a vida social com seus rituais e valores próprios.

Os atos de comer e beber podem significar muitas coisas, inclusive uma declaração de voto. Isso difere, por exemplo, das eventuais doações de mercadorias por parte de políticos, pois não há nestas o sentido de compartilhar o alimento num espaço de convívio. Doam-se cestas básicas como se doa cimento ou dentadura. A comida é despojada da idéia de “comer junto” e confraternizar. Em momentos onde o político paga “rodadas de cerveja” ou “chimarrão”, estamos diante de situações híbridas, pois o candidato aparece ao mesmo tempo como doador e participante do consumo do bem distribuído (Grill, 1999:162).

Comícios, shows, festas e leilões são outras formas lúdicas de fazer ofertas aos eleitores.<sup>17</sup> A competição pela compra de frangos em leilões no Nordeste brasileiro, narrada por Lanna (1995:176-81), mostra a disputa por prestígio entre os políticos e chefes locais. Ganha quem compra a maior quantidade de frangos, humilhando os adversários. O dinheiro arrecadado reverte para a paróquia e simboliza a “generosidade” do político. Os moradores apenas assistem, dançando forró e acompanhando a disputa, numa divisão de papéis que reforça o distanciamento dos envolvidos. A música, o “espetáculo” da competição e o dinheiro da paróquia são os bens doados.

As festas dos ranchões, em Buritis, investigadas por Chaves (1993) são eventos promovidos pelos partidos para promover seus candidatos. Diz o saber local que “ganha o partido que tiver a festa mais animada e o candidato que mais dançar” (p. 87). Nessas ocasiões, lembra-se um tempo em que o “bom político” era aquele que oferecia “banquete” e “comida farta para todo mundo”, causando até estranheza aos mais antigos “políticos não fornecerem alimento para os eleitores” (p. 67). Nos ranchões, elogia-se o político que “é capaz de comer do mesmo prato, beber do mesmo copo”; “entra na casa, vai até a cozinha beber o café”; “bate nas costas e paga bebida” (p. 92). Chaves observa as atitudes do político na festa: “A mesma intimidade, falta de orgulho, o político exhibe na festa, em que chama pelo nome, ri, dança e comunga da alegria com os demais, no rés do chão, de igual para igual. Ele o faz não por palavras, mas em ato, com a corporalidade de sua presença. (p. 92-3)”

Combinam-se aqui doação/hierarquia e congregação/igualdade. Embora dispostos a participar de “igual para igual”, os políticos são os promotores do evento

---

<sup>17</sup> Ver Palmeira e Heredia (1995) para uma interpretação dos comícios em dois contextos políticos brasileiros.

que pode ser visto como uma “rodada de cerveja” mais elaborada. Devemos notar que “pagar uma bebida” não é a mesma coisa que “beber do mesmo copo”. Ambas são atitudes vistas com simpatia, mas só a segunda exprime um desejo de nivelamento com o universo dos eleitores. A disposição para dançar e beber *junto*, como um convidado qualquer, diferencia a postura desses políticos daqueles que participam dos leilões acima narrados. Nos primeiros temos uma prestígio por “humilhação” (falta de orgulho), enquanto nos últimos valoriza-se a hierarquia através do poder econômico (compra de frangos).

Nas festas de campanha urbana, temos ocasiões em que os moradores/eleitores oferecem comida aos políticos/candidatos. A sociabilidade está presente na sua dimensão igualitária, assim como a não-sociabilidade e as diferenças hierárquicas. Minha interpretação é que essas festas encenam, de forma minúscula e estilizada, o próprio ritual da eleição, sendo o momento da votação propriamente dito (isto é, os votos sendo colocados na urna), o símbolo da igualdade entre os participantes, e o momento da ocupação do mandato, o símbolo da sua diferença.<sup>18</sup> Podemos ler a festa como um ritual (em etapas mais ou menos ideais): a) o político faz promessas de bens (ou acessos a bens públicos); b) os moradores oferecem comida ao candidato; c) todos comem juntos; d) os moradores fazem promessas de votos.

Coradini (1998:92) observou que a visita do político à casa do eleitor muitas vezes é vista como “homenagem e reconhecimento prestado pelo candidato” ao dono da residência, visto como fonte de votos em potencial. Ser convidado ou “recebido” pelo eleitor é muito diferente de entrar na sua casa “atrás de voto”, como critica uma moradora de Fortaleza, entrevistada por Barreira (1998:184). Palmeira e Heredia (1997:164) falam desses sentimentos quando contam que a visita de um “doutor” (candidato) que chega “abrindo as panelas” pode tanto provocar um “sorriso de satisfação” (na maioria dos casos) quanto, mais raramente, protestos e indignação (“isso aqui é casa de pobre mas não é casa de mãe Joana”). Heredia (1996:65) nos fala de famílias que “contabilizam o número de visitas recebidas”, como sinal do seu próprio prestígio, enquanto outras lamentam o fato de “ninguém ter vindo na sua casa”.

Como convidado dos moradores, o político-candidato perde temporariamente a força de sua reputação, sendo colocado numa posição de fragilidade/dependência em relação aos moradores-eleitores. Assumir essa identidade, própria da campanha

---

<sup>18</sup> A combinação de significados contrastantes de igualdade e diferença também foi observada por Appadurai (1981) em relação aos diversos contextos de consumo e distribuição de comida no Sul da Índia.

eleitoral, significa aceitar os votos dos moradores e, conseqüentemente, aceitar a posição de *devedor* após a obtenção dos votos. Por isso, participar da festa é uma forma de contrair dívidas para o período do mandato, quando sua identidade é de fonte de recursos e acessos ao poder público.

Participar de uma festa onde eleitores oferecem comida e bebida é uma forma de o candidato se “prender” a esses eleitores, assumindo publicamente uma dívida para com eles. A presença demorada do candidato na casa do eleitor reforça o prestígio deste dentro do seu próprio universo de vizinhança. O tempo do político em campanha – um bem escasso por excelência – é despendido naquele espaço, “preendendo” o compromisso entre candidato e eleitores. De forma complementar, o político espera que sua presença naquele local seja prolongada através da colocação de faixas e cartazes da campanha nas casas e ruas próximas. Nesse tipo de encontro, portanto, existe uma tensão entre os papéis de doador e receptor dos bens trocados, onde cada personagem procura valorizar seus bens em relação aos demais.

As festas e encontros de campanha permitem retomar a discussão entre sociabilidade e ritual. Frequentemente, dentro do processo ritual, existe um *espaço de sociabilidade*, onde os participantes encenam, através de regras e coreografias precisas, algum valor ou papel social. Turner (1974) define essa celebração do coletivo como *communitas* – um espaço/estado símbolo da igualdade entre os homens, em que se experimenta a suspensão da estrutura social.

Ao falar da sociabilidade, Simmel (1983) não estava se referindo a um conjunto de relações determinado, mas a situações sociais temporárias, interações onde se encontram condições “artificiais” de sociação. Estaríamos, como tantas vezes nos remete o ritual, num “mundo sociológico ideal” (p. 172), expressando a mais pura relação entre iguais (p. 173). O próprio Simmel, portanto, define indiretamente a “sociabilidade” como um evento-ritual, onde estão suspensas identidades e interesses da lógica do cotidiano.

Dentro do processo eleitoral, esse pequeno evento tem lugar no período que antecede as eleições – momento em que todos comerão/votarão juntos ou não. O compartilhar da comida na festa/reunião simbolizaria a igualdade dos votantes no momento da eleição. Não se trata simplificada de um ritual de celebração dos valores democráticos. Existe uma encenação da igualdade, mas essa igualdade é *temporária e liminar*, reforçando diferenças duradouras impregnadas nos papéis sociais em jogo.

As diferenças se alternam no jogo de identidades e reputações positivas e negativas e seriam análogas àquelas vividas pelos candidatos no processo eleitoral como um

todo. Inspirada no modelo de Leach (1978) para os ritos de passagem, podemos observar que durante a campanha há o rito de perda e reforço da identidade do candidato como político. Quando o político é bem-sucedido na eleição, temos as seguintes etapas.

No primeiro momento, temos a campanha eleitoral. Ocorre a “perda progressiva da identidade como político”, entendendo que essa identidade é dada pela noção de “acesso” a bens de diversos tipos, sendo os recursos do poder público os de maior valor. Se o candidato depende dos votos para manter o acesso, isso é sinal de que sua identidade se enfraquece à medida se aproximam as eleições e o momento da votação. É nessa primeira fase (da campanha eleitoral) que ocorrem as festas e reuniões de comensalidade.

Junto com a aproximação dos eleitores, a participação da família do candidato é fundamental. Este é um dado objetivo que venho observando em minhas pesquisas de campo, e que parece reforçar a necessidade do candidato se fazer “representante” de uma coletividade e, em certos casos, de valores dessa coletividade. A presença de familiares nos eventos e até na assessoria de campanha evita que o político circule desacompanhado – situação que poderia abalar seu prestígio, como vimos anteriormente.<sup>19</sup>

A votação propriamente dita parece ser o momento preciso em que se materializa a perda da identidade do candidato – os votos simbolizam o término dos mandatos vigentes. Da votação à apuração e divulgação completa dos resultados – tempo que a urna eletrônica tornou cada vez menor – existe uma suspensão das identidades e o político/ocupante de mandato encontra-se temporariamente em estado liminar. Poucas vezes observei de perto a desestruturação de uma personalidade como na ocasião em que acompanhei dois candidatos nesse estágio. Insegurança, mudez, isolamento, ansiedade, ausência de apetite são algumas das expressões dessa liminaridade. Em geral, compensa-se essas sensações desagradáveis participando do processo de apuração, indo às zonas eleitorais acompanhar a fiscalização, como se fosse possível reverter ou apressar os resultados. Em outros casos, simplesmente não se faz coisa alguma.

Finalmente, apurado um resultado positivo, o político recupera o mandato eletivo, saindo de todo o processo com sua identidade e prestígio reforçados.<sup>20</sup> Na

---

<sup>19</sup> Essa informação também é corroborada pelas pesquisas de vários alunos meus que fizeram trabalho de campo durante as eleições municipais de 2000. Castilho (2000) lida com casos semelhantes, em que os principais assessores de campanha dos candidatos são parentes próximos. Referência similar também é citada por Nascimento Jr. (1999:124).

<sup>20</sup> O maior ou menor prestígio também pode ser avaliado pela interpretação dos resultados: a comparação com os números da eleição anterior, a distribuição dos votos, a colocação dentro do partido e no *ranking* geral, entre outras.

etapa posterior, de exercício do mandato, são frequentes os almoços e jantares com companheiros de partido, membros do poder executivo e políticos em geral. Diferentemente das festas e encontros de campanha, essas refeições são realizadas em restaurantes ou ambientes privados, em pequenos grupos. As diferenças de forma (grupo amplo  $\times$  restrito), designação (festa/reunião  $\times$  almoço/jantar) e convidados (eleitores  $\times$  políticos) distinguem os dois tipos de comensalidade e apontam também para o papel de cada uma: enquanto a primeira gira em torno de votos, a segunda tem por motivação principal reforçar o sistema de *acessos*.<sup>21</sup>

Não por acaso, a abertura de um ano legislativo costuma ser celebrada com um “coquetel” para políticos, autoridades, familiares e assessores. Embora não configure uma refeição, o coquetel também é um ritual próprio do período pós-eleitoral. Vedado à participação de eleitores, seu principal objetivo é promover uma confraternização entre os próprios políticos. Costa (1980:57-9) observa que, nesses eventos, os políticos e as “autoridades” são o centro das atenções, tendo seu prestígio reforçado por situações de respeito e deferência por parte dos demais participantes. Participar do evento e, dentro dele, do espaço simbólico reservado às “autoridades”, reitera a identidade do político como alguém que tem acesso ao poder.<sup>22</sup>

Assim, rituais de comensalidade entre os próprios políticos e demais personalidades do poder público reforçam a identidade do político com detentor de *acessos*. Esse estágio, que parece encerrar o ritual, é a preparação necessária para que o ciclo de interações recomece, com novas campanhas, candidatos, eleitores e eleições.

Ao examinar um evento político específico e circunscrito, tomando como chave a noção de que a vida política é feita de encenações rituais, observamos as relações entre os indivíduos como “pessoas sociais”, como definiu Leach (1996:74). Levando em conta que “o dito é também o feito” (Peirano, 2002:11), atitudes, gestos e falas de eleitores e candidatos podem ser tomadas como símbolos que nos ajudam a entender o significado etnográfico da política. Este é justamente um dos objetivos centrais da agenda da antropologia da política.

---

<sup>21</sup> Mesmo durante as campanhas, essa distinção pode ocorrer, como mostra Scotto (1994), em relação à candidatura de Benedita da Silva à prefeitura do Rio de Janeiro, em 1992. Na agenda da candidata estão programadas visitas, carreatas, almoços/jantares e debates – as refeições referem-se a encontros com empresários e os debates a encontros com políticos adversários. Borges (1999:33-4) também registra a realização de jantares onde participam apenas os “dirigentes” da campanha, sendo vedada a presença de eleitores.

<sup>22</sup> Teixeira (1998:134) lembra que o deputado Onaireves Moura “ficou nacionalmente conhecido por ter votado a favor do *impeachment* de Fernando Collor, dias após ter oferecido um jantar de desagravo ao, ainda, presidente da República.” Podemos inferir que a traição do deputado tornou-se chocante porque a oferta de um “jantar” significa solidariedade e comunhão entre os participantes.

## **Espaço urbano e mediação**

Quais as características dessa agenda da antropologia da política em meio urbano? A observação participante em grandes cidades requer a compreensão das diferenças culturais entre os vários segmentos da população, bem como as representações e práticas políticas a estes associadas. Ao acompanhar candidatos e ocupantes de mandato numa metrópole, o antropólogo encontra diferentes universos de eleitores, bem como importantes distinções espaciais impregnadas de significados.<sup>23</sup>

Dentro de uma cidade, existem ambientes com características de sociabilidade que não se encaixam na atmosfera metropolitana, cujas análises têm enfatizado justamente a dimensão do anonimato e do individualismo (Simmel, 1979 e Velho, 1981). Esses espaços, simbolicamente distantes, assemelham-se mais aos modos de vida interioranos, com um repertório de valores conservadores, laços de vizinhança e solidariedade. O cotidiano de certos bairros é valorizado por seus valores “familiares”, sua tranqüilidade, a religiosidade de seus moradores, pela existência de espaços de convivência coletivos, como as praças e campos de esporte, e privados, como os quintais e jardins das casas particulares.

A divisões internas da metrópole seguem uma certa “organização moral”, baseada nos hábitos, costumes e estilo de vida de seus habitantes (Park, 1979:29). Diferentes regiões e bairros da cidade se distribuem segundo um “mapa de prestígio”. Na maior parte das vezes, os locais onde vivem a elite são um símbolo da vida “sofisticada” e “cosmopolita” (Velho, 1973).

Na prática política, podemos observar como se atualizam as diferenças culturais entre os espaços sociais da cidade. As motivações políticas dos atores sociais estão intimamente relacionadas à sua sociabilidade, crença religiosa e visão de mundo. Assim, a organização do espaço urbano reflete essa cosmologia e acaba por moldar também o exercício da política. Um elemento fundamental nesse espaço é a circulação de informações através dos meios de comunicação de massa. Para certos atores, o contato com a população é mediado principalmente pelo acesso a esses meios (redes de tv, rádio e jornais, principalmente).<sup>24</sup>

Chamo a atenção para a existência de uma certa ordem na relação entre prática política, universos culturais e espaço urbano. Embora estejamos sempre atentos para a complexidade da vida metropolitana, muitas vezes deixamos de perceber quais são as alternativas concretas de seus habitantes. No que diz respeito

---

<sup>23</sup> Uma discussão desse tema encontra-se em Kuschnir (1999).

<sup>24</sup> Para uma investigação a respeito do papel dos meios de comunicação de massa no campo da política, ver Kuschnir (2003b).

às opções políticas, o comportamento eleitoral – entendido aqui de uma forma ampla, e não apenas como um conjunto de números – está diretamente associado à experiência urbana e aos universos culturais e sociais a ela associados. Embora vivendo na mesma metrópole e compartilhando o pertencimento à sociedade e cultura brasileiras, os habitantes da cidade têm diferenças significativas em termos de *ethos* e estilo de vida que repercutem e se expressam nas suas concepções de participação política.

É dentro desse contexto que freqüentemente atua a figura do político-mediador. É comum que a população procure o político – em especial o parlamentar local – para intermediar seu contato com as diversas esferas do poder público. Na maior parte das vezes, trata-se de um segmento da população que vive em áreas da cidade com menor valor na escala de prestígio do mapa urbano. Muitos assessores de políticos percorrem essas áreas em busca de contatos e problemas que requeiram a ação de um político-mediador.<sup>25</sup>

Nesse caso, é fundamental que o político seja capaz de transitar pela cidade, física e simbolicamente. É preciso que ele encontre pontos de contato e comunicação entre diferentes mundos, produzindo novos resultados a partir desse processo. Essa é a tarefa básica do mediador. Sua atuação é mais ampla do que a de um intermediário, que apenas transporta informações de um lado para o outro. A interferência do mediador é criativa, gerando novos valores e condutas.<sup>26</sup>

No campo da arte e da cultura, essa característica tem sido ressaltada com bastante ênfase, seja em trabalhos clássicos, como o de Bakhtin (1987) sobre Rabelais, seja em investigações recentes do cenário brasileiro, como as de Cavalcanti (1994), H. Vianna (1995) e L. Vianna (1999). Nas relações de trabalho, o mediador também aparece como um personagem importante em negociações entre patrões em empregados, articulando categorias e códigos que afetam o destino e a percepção da realidade dos envolvidos.<sup>27</sup>

Na antropologia da política, muitos tipos de mediadores têm sido identificados. Há, por exemplo, os *political middlemen* ou os ocupantes dos *inter-hierarchical roles* do sistema colonial inglês na África, identificados por Gluckman (1968) e Friedrich (1968), respectivamente. No contexto latino-americano, a ação de *brokers* e outros tipos de agentes “especiais” é chave para entendermos as relações hierárquicas entre membros das mesmas redes sociais, como têm demonstrado diversos autores (Schmidt *et al*, 1977).

<sup>25</sup> Parte desse debate encontra-se publicado em Kuschnir (2001).

<sup>26</sup> Para o conceito de *mediador*, ver Velho (1994) e Velho e Kuschnir (1996).

<sup>27</sup> Ver, por exemplo, Sigaud (1978) e Lopes (1978).

Qual a motivação desses mediadores ao promover entendimento e comunicação entre diferentes grupos e reduzir distâncias (*gaps*) culturais? Em todos os casos por mim investigados, fica claro que o mediador usufrui uma inserção social privilegiada. Seu papel é estratégico, na medida em que suas decisões podem interferir e influenciar a vida e o prestígio daqueles que estão em seu campo de ação, seus contemporâneos.

Circular entre mundos e níveis de cultura é uma possibilidade mais ou menos aberta a todos os habitantes da metrópole (Simmel, 1979). O mediador, porém, não apenas se move, mas estabelece pontes e comunicação entre os universos pelos quais transita. Em sociedades com predomínio de ideologias individualistas, onde os atores têm possibilidade de exercer escolhas, a ação do *mediador* deve ser entendida como um projeto, mais ou menos consciente. Embora restrito às possibilidades do quadro social e histórico em que está situado, o projeto põe em evidência a capacidade dos indivíduos de planejar seu futuro e, com isso, contribuir para dar sentido à sua experiência fragmentada (Velho, 1981). É a partir desse projeto, ou “plano de vida”, que o mediador organiza seus interesses e estrutura seu estoque de conhecimento para interagir com os outros (Schutz, 1979).

Certamente, nem todos os políticos são mediadores. A trajetória como mediador está relacionada a um projeto específico. À medida que ganham experiência no mundo da política, muitos percebem que uma das estratégias para se tornar um político bem sucedido é ampliar ao máximo sua esfera de relações. Assim, procuram sempre acrescentar novas redes sociais ao seu círculo de contatos, sem anular aquelas já consolidadas por experiências anteriores. Investindo em seu papel como mediador, o político torna seu mandato um espaço de convergência, estabelecendo pontes e conexões entre pessoas, instituições e saberes oriundos de diversos universos culturais. Com esse projeto, muitos conquistam e consolidam alianças em setores do poder público essenciais para o atendimento das demandas de seus eleitores.

### **Trabalho de campo**

O problema do etnocentrismo do pesquisador está no centro da agenda da antropologia da política. Como fazer para que o antropólogo não leve para o trabalho de campo as concepções de poder e política que aprendeu como cidadão e estudante em sua própria sociedade? Aqui esbarramos na dificuldade de “afastar sistematicamente todas as pré-noções”, como nos recomenda Durkheim. Uma tarefa talvez ainda mais difícil quando se trata de estudar um tema como a política em nossa própria sociedade. Ainda hoje, acadêmicos não parecem chegar a um acordo



quanto à posição da antropologia africanista e seu compromisso ético e acadêmico com a metrópole e/ou com os nativos (Gledhill, 1994).

O pesquisador leva para o campo um conjunto enorme de dados acumulados ao longo de sua vida, apreendidos do senso comum, em conversas, nos jornais, na literatura política e em outros tipos de informação. Isso vale tanto para as práticas políticas propriamente ditas, quanto aos demais valores e significados da vida social.

No caso da pesquisa junto a universos de prática política de bases clientelistas, é muito provável que o pesquisador seja identificado pelas pessoas estudadas como parte de um grande grupo acusatório, identificado com a sociedade mais ampla, urbana, elitista e cosmopolita. Isso pode ser observado pelo tom defensivo que se explicita em falas e comportamentos.

Mais uma vez aqui, chamamos atenção para o fato de que a metrópole permite que o pesquisador circule por diferentes universos, com tradições culturais e visões de mundo distintas. Muitas vezes, porém, este encontra diferentes níveis de compreensão sobre o que acredita ser o “familiar” e o “exótico” dentro da cidade.<sup>28</sup> Conforme aumenta a sua experiência no campo, o pesquisador aprofunda sua capacidade de compreensão, percebendo que naturalizou certos significados e ignorou outros.

Essas mudanças também ocorrem no sentido inverso: os “nativos” também transformam seu modo de lidar com o antropólogo e seu trabalho. Em muitos casos, a identidade com que o pesquisador é recebido vai sendo modificada não apenas em função do tempo dispendido na pesquisa, mas também dos tipos de situações vividas na mesma. No universo da política, existe uma clara distinção entre o mundo de dentro, ou os “bastidores”, e o mundo de fora, onde se atua para a “platéia”, para usar os termos de Erving Goffman (1975). Não raro, os papéis são invertidos segundo esses planos.

Essa situação também coloca em xeque a idéia de que o pesquisador possa ser um elemento neutro. Mesmo trabalhando em sua própria cidade, a “invisibilidade antropológica” é uma meta utópica. Ao invés de perseguir uma neutralidade impossível, é tarefa do pesquisador refletir sobre as posições e identidades a ele(a) conferidas ao longo do trabalho de campo, levando em conta as mudanças de tempo e espaço envolvidas. Esta é justamente uma das chaves centrais para revelar a natureza da relação entre os envolvidos.

Durante o trabalho de campo, pesquisador e pesquisados passaram por um processo de socialização intenso, que vai redefinindo as identidades de um em

---

<sup>28</sup> Ver Velho (1978) e Matta (1978). Sobre esse tema, ver discussão mais detalhada em Kuschnir (2003a).

relação ao outro. O aprendizado mútuo de códigos e valores fez-se lentamente, através da interação e da convivência. Por mais que existam certas condições sociais dadas, é no imponderável da própria interação que se constroem, se testam e se confirmam identidades (Strauss, 1999).

Um aspecto interessante no caso do trabalho de campo com políticos é que o antropólogo está permanentemente envolvido com relações de poder entre os participantes da rede social. Caso esteja em posição de proximidade com o político (que geralmente é também o chefe de uma grande equipe) o pesquisador passa a ocupar uma posição também de prestígio dentro do grupo. Nem sempre isso é socialmente positivo, diga-se de passagem. Como tudo no campo, essa também é uma posição relativa, que pode atrair ou afastar certos informantes e dados.

A competição entre os membros do próprio grupo estudado pode levar à tentativa de manipulação do pesquisador para fins alheios ao seu trabalho. Observações ou críticas a respeito da vida pessoal e intrigas são comuns a qualquer grupo social. Por isso, é preciso estar atento para essa manipulação de informações – não para rejeitá-la, apenas, mas principalmente para utilizá-las como material etnográfico, que nos ajuda a entender os significados e motivações do universo estudado. Visões “idealistas” ou “cínicas”, nos termos de Becker (Becker *et al*, 1984) ou a falta de consenso, como lembra Velho (1981) existem em todos os grupos sociais, às vezes simultaneamente na mesma pessoa. Portanto, é importante o pesquisador explorar as duas atitudes, sem buscar uma crença mais “autêntica” ou “verdadeira”.

Entrevistas longas são um momento privilegiado para compreender esse processo, mas é preciso relacionar o material obtido com o comportamento observado em campo e com outras entrevistas. Deve-se relacionar diferenças entre as opiniões individuais com a posição ocupada pelos indivíduos dentro do grupo, como recomenda Malinowski (1986). É preciso ter cuidado também para não supervalorizar as entrevistas individuais, imaginando, por exemplo, que são mais confiáveis por serem confidenciais.

Citando Howard Becker (1993), lembro que a observação participante tem o mérito de abordar as pessoas “enredadas em relações sociais que são importantes para elas”. São justamente essas “restrições sociais” que o antropólogo está interessado em conhecer, pois são elas que tornam “difícil para as pessoas que ele observa fabricarem seu comportamento segundo o que acham que o pesquisador poderia querer ou esperar” (p.76).

A campanha eleitoral apresenta uma série de obstáculos para a realização de trabalho de campo nos moldes antropológicos. Nessa fase, é ainda mais difícil

ocupar uma posição “neutra” como pesquisador. Na maioria dos casos, para poder acompanhar as atividades do grupo, é preciso vestir camisetas, usar bonés e buttons dos candidatos.<sup>29</sup> A própria identidade do antropólogo como eleitor é questionada pelos assessores e participantes dos universos pesquisados. “Afiml, em quem você vai votar?”

Mas o planejamento de trabalho de campo durante campanhas eleitorais envolve outros problemas, de ordem igualmente importante. A partir de uma reflexão sobre o processo de observação participante em campanhas, classificamos as dificuldades encontradas em sete categorias principais.

Em primeiro lugar, há a dificuldade de acesso aos candidatos. A obtenção dos números de telefone e e-mails, a não divulgação da agenda, a ação de intermediários, a desconfiança destes e dos próprios políticos em relação à pesquisa, além da falta de controle por parte do pesquisador do seu cronograma de trabalho estiveram entre os obstáculos mais difíceis de serem superados. A viabilidade do trabalho de pesquisa depende fortemente da existência de redes em comum – locais, de amizade, parentesco, ideológicas ou sociais.

Em segundo lugar, como garantir a participação nos eventos da campanha? Uma campanha é formada por várias atividades, como panfletagens, reuniões em locais públicos e privados, jantares, carreatas, passeatas, comícios etc. Muitos desses lugares são de difícil acesso devido à distância, falta de transporte, horários tardios ou restrição à presença de estranhos. Problemas de ordem prática também afetam a pesquisa como a falta de sanitários, local para refeições e descanso.

Um terceiro aspecto relaciona-se ao calendário de eventos. Às dificuldades de informação e locomoção soma-se a pressão da passagem do tempo. Uma pesquisa de campo com campanhas políticas é marcada pela temporalidade dos eventos, que têm dia e hora para terminar. A sensação de impotência e de dependência em relação à boa vontade dos candidatos e à rigidez do calendário eleitoral acompanha e pressiona os pesquisadores durante todo o campo.

Em quarto, destacamos as questões pessoais e de gênero. Medo, insegurança, timidez, constrangimento, indignação e inadequação foram alguns dos sentimentos experimentados por uma equipe de antropólogas durante o campo. Além do incômodo de se sentir inconveniente em meio a pessoas preocupadas com seus próprios afazeres (problema clássico em qualquer trabalho de campo), houve o embaraço de ser mulher em um universo masculino – gênero predominante no mundo da política – e o constrangimento de se presenciar práticas contrárias às

---

<sup>29</sup> Um excelente relato desse problema é narrado por Whyte (1981) a respeito de seu trabalho de campo junto a políticos de “Cornerville”.

suas crenças pessoais.

O já mencionado uso político da pesquisa é o quinto ponto observado. A realização da pesquisa costuma ser utilizada pelos candidatos para auto-promoção junto a determinados tipos de público. O pesquisador é freqüentemente pressionado a opinar sobre o candidato, emitir publicamente sua intenção de voto e, por vezes, utilizar adereços e ajudar na distribuição de propaganda do mesmo. Essa identificação – ainda que temporária – é essencial para a manutenção dos laços pesquisadora-pesquisado, embora possa ter consequências reais (do ponto de vista político-eleitoral) alheias aos objetivos científicos.

Em sexto, destacamos a necessidade de empreender um tratamento cuidadoso das fontes obtidas. Textos, jornais, panfletos, documentos oficiais, discursos, fotografias, material de observação: cada uma dessas fontes encerra narrativas comprometidas com certos sujeitos sociais, em contextos históricos e culturais específicos. O pesquisador não deve jamais nivelar seus dados, mas sim tratá-los segundo a percepção dessas diferenças.

Finalmente, o sétimo aspecto diz respeito à divulgação dos resultados. Como lidar com as questões relativas ao anonimato ou divulgação dos nomes envolvidos na pesquisa, uma vez que isso pode ter consequências decisivas para a vida de pesquisadores e pesquisados? Por mais que exista um acordo de anonimato, lida-se com pessoas e eventos públicos facilmente identificáveis. Inclusive, para obter informações sobre os bastidores da política, é preciso abrir mão de divulgar certos dados que poderiam enriquecer a pesquisa.

É fundamental, portanto, que a divulgação dos resultados inclua uma reflexão sobre o processo de obtenção dos mesmos. Assim, devem estar explicitadas nos relatórios de pesquisa questões como a forma de entrada do pesquisador no campo, os acordos realizados e os laços sociais acionados e evitados. Não se trata apenas de satisfazer a curiosidade dos leitores, mas de usar esses dados como objeto de análise das categorias de entendimento do próprio universo estudado.

Enfrentar esses problemas é refletir sobre as condições de obtenção dos dados de pesquisa e qualificar esses próprios dados, identificando as circunstâncias de sua construção e, conseqüentemente, o viés das informações analisadas. Todos os tipos de problemas levantados estão mais ou menos presentes em qualquer trabalho de campo. Buscamos identificar como se dão dentro dos limites e condições de pesquisa junto a candidatos a cargos eletivos. Até que ponto é possível trabalhar nessas circunstâncias e obter material relevante? Quais as estratégias de investigação mais eficazes? Quais acordos de pesquisa são possíveis

nesse contexto? Qual a contribuição específica desse tipo de fonte para uma pesquisa mais ampla a respeito do processo eleitoral?

Não existem fórmulas para resolver essas questões. Apesar de todos os problemas levantados, porém, acreditamos que os dados obtidos através do trabalho de campo têm ainda uma capacidade ímpar de permitir observar as pessoas sob a pressão de coerções sociais de seu próprio meio, sujeitas a múltiplas e repetidas situações cuja observação é acessível ao pesquisador participante. Esse processo de construção do conhecimento permite compreender alguns dos componentes centrais que estruturam as redes sociais em bastidores de campanhas, bem como as representações e práticas de seus principais personagens a respeito da política. E este é, sem dúvida, um dos objetivos principais da antropologia da política.

### **Considerações finais**

A partir das considerações teóricas traçadas inicialmente, procurei apresentar três aspectos da pesquisa em antropologia da política no campo brasileiro: a dimensão ritual, o papel do mediador em meio urbano e os problemas enfrentados pelo antropólogo em campo. Alguns pontos merecem ser retomados, ainda que rapidamente, em especial aqueles relacionados à interdisciplinaridade.

O uso de ferramentas teóricas de diversas disciplinas ainda sofre resistências por parte dos pesquisadores brasileiros. A exceção encontra-se nas relações entre história e antropologia, que tornam-se cada vez mais profícuas. Já no caso da ciência política, parece-me que a resistência é maior por parte dos antropólogos do que ao contrário. Em alguns casos, alega-se que a ciência política é uma ciência comprometida com a programática da democracia representativa, o que é apenas parcialmente verdadeiro. Como toda ciência social, quando feita por pesquisadores hábeis, a ciência política também está em busca de dados que ampliem o nosso conhecimento a respeito da sociedade, e a obtenção desses dados não está comprometida com os resultados alcançados.

Em alguns casos, porém, a dificuldade da antropologia em dialogar com a ciência política ocorre por falta de domínio dos dados quantitativos e comparativos. A análise comparativa está no cerne da teoria antropológica e, a meu ver, deveria ser muito mais abrangente do que é na atual conjuntura. Acredito que ambas as disciplinas ganhariam muito não apenas com a comparação entre diversos materiais etnográficos, mas também com a comparação entre esse tipo de pesquisa com dados levantados em surveys e análises quantitativas. A comparação é historicamente a única forma pela qual a antropologia torna-se capaz de fazer

inferências de ordem mais geral, indo além dos casos particulares que estuda.<sup>30</sup>

Em qualquer dessas disciplinas, parece-me que ainda persiste a dificuldade, já apontada anteriormente, de separar os diferentes discursos sobre política e seus diferentes sujeitos. O vocabulário político é de tal ordem naturalizado no cotidiano dos pesquisadores que frequentemente surgem nos seus textos termos do senso comum que não fazem parte do universo pesquisado – ou ainda, termos que são empregados pela população estudada, mas cujo sentido difere daquele da cultura do pesquisador. É preciso uma atenção permanente e um grande senso de discriminação para não cair nessas armadilhas.

Um outro aspecto que acarreta enorme dificuldade para uma pesquisa de antropologia da política é o problema da corrupção, da ilegalidade e da circulação de cargos e dinheiro no mundo da política. Raros são os pesquisadores que conseguiram dados precisos e em grande escala a esse respeito. Embora desejável, uma pesquisa com esse fim dificilmente pode ser realizada com base em observação participante sem trazer um grande risco também para quem a conduz. *Street corner society*, de Foote Whyte, é mais uma vez um exemplo excepcional desse campo.

A despeito das dificuldades apontadas, acredito que a antropologia da política tem muito a contribuir para uma compreensão da complexidade da política brasileira. Em sua agenda de pesquisa, está a preocupação permanente em recusar um caminho analítico baseado no julgamento das crenças e práticas dos grupos estudados a partir de valores externos ao próprio grupo. Embora certas práticas sejam formalmente “erradas” do ponto de vista dos princípios democráticos, a antropologia acredita que é necessário estudá-las em sua própria lógica, sem encampar rótulos e pré-conceitos.

É claro que as populações urbanas, rurais ou indígenas são universos etnográficos e históricos que não existem num vácuo, mas sim dentro de uma sociedade maior cujas instituições políticas têm, no caso brasileiro, por base os princípios da democracia representativa. Como lidar com esse fato? As discussões envolvidas são complexas e extensas demais para o âmbito deste artigo. Mas acredito que uma forma de começar a lidar com o problema é tratar a própria sociedade nacional e a democracia como também sujeitas ao exame etnográfico. Desse modo, escapamos da armadilha de considerar nossos dados em comparação com um modelo político ideal. Passamos a lidar com múltiplas configurações histórica e espacialmente constituídas. A meu ver, é se mantendo nesse caminho

---

<sup>30</sup> Discussões importantes a esse respeito podem ser encontradas em Gledhill (1994), Abélès (1991 e 1997), Lewellen (1992), Vincent (1990 e 2002).

que a antropologia tem muito a contribuir, inclusive para o debate sobre os destinos das democracias contemporâneas. Afinal, a principal tarefa da disciplina ainda é encontrar valores humanos a partir da diversidade.

## Referências Bibliográficas

- ABÉLÈS, Marc. 1991. *Quiet days in Burgundy: a study of local politics*. Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. 1997. "Political anthropology: new challenges, new aims", *International Social Science Journal*, n. 153, p 319-32.
- ALMOND, G. e VERBA, S. 1963. *The Civic Culture*. Princeton, Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_. 1980. *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little & Brown.
- APPADURAI, 1981. "Gastro-politics in Hindu South Asia", *American Ethnologist*, vol. 8, n. 3, p. 494-511.
- BAILEY, F. G. 1970. *Stratagems and Spoils: a social anthropology of politics*. Oxford, Basil Blackwell (Pavilion Series).
- BAKHTIN, Mikhail M. 1987 [1965]. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo, Hucitec; Brasília, Universidade de Brasília.
- BARREIRA, César. 1998. *Crimes por Encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP (Coleção Antropologia da Política).
- BARREIRA, Irllys. 1998. *Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP (Coleção Antropologia da Política).
- BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (orgs.) 1998. *Candidatos e Candidaturas: enredos da campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo, Annablume.
- BECKER, Howard S. 1993. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, Hucitec.
- BECKER, Howard S.; GEER, Blanche; HUGHES, Everett C.; STRAUSS, Anselm L. 1984 [1961]. *Boys in White: student culture in medical school*. New Brunswick/London, Transaction Books, 3rd. reprint.
- BENEDICT, Ruth. 1934. *Patterns of Culture*. Cambridge University Press.
- BEZERRA, Marcos Otávio. 1995. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Em Nome das Bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP (Coleção Antropologia da Política).
- BORGES, Antonádia Monteiro. 1999. *A cada passo: um estudo de redes e faccionalismo político num reassentamento de atingidos por barragem*. Porto Alegre, PPGAS/IFCH, UFRGS. (Dissertação de mestrado)
- CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues. 1994. *O soldado da TV contra a pretinha do povo: a propaganda eleitoral televisiva de Cesar Maia e Benedita da Silva*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ. (Dissertação de mestrado)



- \_\_\_\_\_. 2000. *A construção social do "mercado eleitoral": publicitários e "marketeiros" na cena política do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (Tese de doutorado).
- CAVALCANTI, M. L. 1994. *Carnaval Carioca: dos Bastidores Ao Desfile*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- CHAVES, Christine de Alencar. 1993. Festas, política e modernidade no sertão. Brasília, UnB. (Dissertação de mestrado)
- \_\_\_\_\_. 1998. "A marcha nacional dos sem-terra: um estudo etnográfico", *Cadernos do NuAP*, n. 2. Rio de Janeiro, NAU, p. 16-32.
- CLASTRES, Pierre. 1982 [1980]. *Arqueologia da Violência*. São Paulo, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 1988 [1974]. *A Sociedade Contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- COMERFORD, John Cunha. 1998. "Sindicatos, sociabilidade e poder: um estudo sobre trabalhadores rurais", *Cadernos do NuAP*, n. 2. Rio de Janeiro, NAU, p. 33-49.
- \_\_\_\_\_. 2004. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará / NuAP. (Coleção Antropologia da Política)
- CORADINI, Odaci Luiz. 1998. "Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana", in: Irlys Barreira e Moacir Palmeira (orgs.). *Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo, AnnaBlume, p. 81-104.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Em Nome de Quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ.
- COSTA, Maria Cecília Solheid da. 1980. Os caminhos da casa. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. (Dissertação de mestrado)
- EASTON, D. 1959. "Political Anthropology", in: *Biennial Review of Anthropology*. Stanford University Press.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. 1978 [1940]. *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva.
- FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. E. (eds.). 1961 [1940]. *African Political Systems*. London, Oxford University Press.
- FOSTER, George M. 1977. "The dyadic contract: a model for the social structure of a Mexican peasant village", in: Steffen W. Schmidt *et al* (eds.), *Friends, Followers and Factions: a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, p. 15-28.
- FRIEDRICH, Paul. 1968. "The political middleman", in: M. J. Swartz (ed.), *Local-Level Politics: social and cultural perspectives*. Chicago, Aldine, p. 199-204.
- GEERTZ, Clifford. 1980. *Negara: the theatre state in nineteenth-century Bali*. Princeton: Princeton University Press.

- GOFFMAN, Erving. 1975 [1959]. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes.
- GOLDMAN, Marcio e SANT'ANNA, Ronaldo S. 1996. "Elementos para uma análise antropológica do voto", in: M. Palmeira e M. Goldman (orgs.), *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, p. 13-40.
- GLEDHILL, John. 1994. *Power & its disguises: anthropological perspectives on politics*. London : Pluto.
- GLUCKMAN, Max. 1968. "Inter-hierarchical roles: professional and party ethics in tribal areas in South and central Africa", in: M. J. Swartz (ed.), *Local-Level Politics: social and cultural perspectives*. Chicago, Aldine, p. 69-94.
- GRILL, Igor Gastal. 1999. As bases sociais do compromisso – a constituição de um espaço de concorrência eleitoral no sul do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, PPCP/UFRGS. (Dissertação de mestrado)
- HEREDIA, Beatriz. 1996. "Política, família, comunidade", in: M. Palmeira e M. Goldman (orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, p. 57-71.
- \_\_\_\_\_. 2002 "Entre duas eleições. Relação Político-eleitor", in: HEREDIA, Beatriz, TEIXEIRA, Carla e BARREIRA, Irllys (orgs.). 2002. *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- HEREDIA, Beatriz, TEIXEIRA, Carla e BARREIRA, Irllys (orgs.) 2002. *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- HUGHES, Everett C. 1993. *The Sociological Eye: selected papers on institutions and race*. New Brunswick/London, Transaction Publishers,
- KRISCHKE, Paulo J. 1997. "Cultura política e escolha racional na América Latina: interfaces nos estudos da democratização". Rio de Janeiro, *BIB*, n. 43, 1o semestre, p. 103-126.
- KUSCHNIR, Karina. 1993. Política e Mediação Cultural: um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (dissertação de mestrado).
- \_\_\_\_\_. 1998. Política e Sociabilidade: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (Tese de doutorado).
- \_\_\_\_\_. 1999. "Cultura, política e espaço urbano", in: Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. 2000a. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP. (Coleção Antropologia da Política)
- \_\_\_\_\_. 2000b. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. (Coleção Antropologia Social)
- \_\_\_\_\_. 2001. "Trajetória, projeto e mediação na política". In: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.), *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, p. 137-64.

- \_\_\_\_\_. 2002. "Rituais de comensalidade na política". In: HEREDIA, Beatriz, TEIXEIRA, Carla e BARREIRA, Irllys (orgs.), *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, p.243-70.
- \_\_\_\_\_. 2003a. "Uma pesquisadora na metrópole: identidade e socialização no mundo da política", in: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.) *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. 2003b. "Política e comunicação de massa", *Interseções: Revista de estudos interdisciplinares*, UERJ, v.5, n.2, jul/dez., 2003.
- KUSCHNIR, Karina e PIQUET-CARNEIRO, Leandro. 1999. "As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política". *Estudos Históricos*, n. 24, 2º semestre, p. 227-50.
- LANDÉ, Carl H. 1977. "Introduction: the dyadic basis of clientelism", in: Steffen W. Schmidt *et al* (eds.), *Friends, Followers, and Factions: a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, p. xiii-xxxvii.
- LANNA, Marcos P. D. 1995. *A dívida divina: troca e patronagem no nordeste brasileiro*. São Paulo, Unicamp.
- LEACH, Edmund R. 1967. "An anthropologist's reflections on a social survey", in: D. G. Jongmans e P. C. W. Gutkind (eds.), *Anthropologists in the field*. Assen, Van Gorcum, p. 75-88.
- \_\_\_\_\_. 1978. "Os ritos de transição ('rites de passage')", in: *Cultura e comunicação*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 95-7.
- \_\_\_\_\_. 1996. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo, Edusp.
- LEWELLEN, Ted C. 1992. *Political anthropology: an introduction*. Westport ; London, Bergin & Garvey.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1986. "A coleta e a interpretação dos dados empíricos", in DURHAM, Eunice (org.). *Malinowski – antropologia*. São Paulo, Ática, p.143-58.
- MATTA, Roberto da. 1978. "O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues", in NUNES, Edson de Oliveira (org.), *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar, p.23-35.
- McGLYNN, Frank e TUDEN, Arthur. (eds.) 1991. *Anthropological Approaches to Political Behavior*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- MEAD, Margaret. 1962. "National character", in: Sol Tax (ed.), *Anthropology Today: selections*. The University of Chicago Press, p. 396-421.

- NASCIMENTO JÚNIOR, José do. 1999. A familiaridade com a política: representação e práticas na política, um estudo de caso do PPB em Porto Alegre, 1996. Porto Alegre, PPGAS/IFCH, UFRGS. (Dissertação de mestrado)
- OFFERLÉ, Michel. 1993. "Le vote comme evidence et comme énigme". *Genèses*, n. 12 (Maintenir l'Ordre), p. 131-151.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. 1986. "Antropologia Política". In: João Pacheco. (Org.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. , p. 64-67.
- PALMEIRA, Moacir. 1991. "Política, facção e compromisso: alguns significados do voto". Salvador, *Encontro de Ciências Sociais do Nordeste* 4/CRH/Finep/CNPq/ANPOCS, v.1, p. 111-30.
- \_\_\_\_\_. 1992. "Voto: racionalidade ou significado?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 20, p. 26-30.
- \_\_\_\_\_. (coord.) 1998. "Uma antropologia da política: rituais, representações e violência - Projeto de Pesquisa", *Cadernos do NuAP*, 1. Rio de Janeiro, NAU.
- PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). 1996. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro, Contra Capa.
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz, M. A. 1993. "Le temps de la politique", *Études Rurales*, 131-132, juillet-décembre, p. 73-87.
- \_\_\_\_\_. 1995. "Os comícios e a política de facções", *Anuário Antropológico/94*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 31-94.
- \_\_\_\_\_. 1997. "Política ambígua", in: P. Birman, R. Novaes e S. Crespo (orgs.), *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- PARK, Robert E. 1979. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano", in: Otávio G. Velho (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 26-67.
- PEIRANO, Mariza. 1995. *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- \_\_\_\_\_. 1998. "Antropologia política, ciência política e antropologia da política", in: *Três Ensaios Breves*. Brasília, Departamento de Antropologia, UnB, *Série Antropologia*, n. 230, p. 17-29.
- \_\_\_\_\_. 2002. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP (Coleção Antropologia da Política).
- PYE, Lucian W. e VERBA, Sidney (eds.). 1965. *Political culture and political development*. Princeton, Princeton University Press, 1965.
- RENNÓ, Lúcio. 1998. "Teoria da cultura política: vícios e virtudes". Rio de Janeiro, *BIB*, n. 45, 1o. semestre, p. 71-92.
- SCOTTO, Gabriela. 1994. Representação e apresentação: uma análise da campanha de Benedita da Silva para a prefeitura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. (Dissertação de mestrado)

- \_\_\_\_\_. 2004. *As difusas fronteiras entre a política e o mercado*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará / NuAP. (Coleção Antropologia da Política)
- SCHMIDT, Steffen W. *et al.* 1977. *Friends, followers, and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press.
- SIGAUD, Lygia. "A morte do caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios". *Boletim do Museu Nacional - Nova Série*, n1 30, 1978, p. 1-29.
- SIMMEL, Georg. 1983. "Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal", in: *Sociologia*. São Paulo, Ática, p. 165-81.
- \_\_\_\_\_. 1979 [1902]. "A metrópole e a vida mental", in: Otávio Velho (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- STRAUSS, Anselm. 1999 [1959]. *Espelhos e máscaras: a busca de identidade*. São Paulo, Edusp.
- SWARTZ, M. J. (ed.). 1968. *Local-Level Politics: social and cultural perspectives*. Chicago, Aldine.
- SWARTZ, M. J., TURNER, V. e TUDEN, A. (eds.). 1976 [1966]. *Political Anthropology*. Chicago, Aldine.
- TEIXEIRA, Carla Costa. 1998. *A Honra da Política: decoreto parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP (Coleção Antropologia da Política).
- TURNER, Victor. 1968. "Mukanda: the politics of a non-political ritual", in: M. J. Swartz (ed.), *Local-Level Politics: social and cultural perspectives*. Chicago, Aldine.
- \_\_\_\_\_. 1974. *O Processo Ritual*. Petrópolis, Vozes.
- VELHO, Gilberto. 1973. *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro, Zahar, 3ª ed.
- \_\_\_\_\_. 1978. "Observando o familiar", in NUNES, Edson de Oliveira (org.). *Aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar, p.36-46, 1978 [Publicado posteriormente in VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981]
- \_\_\_\_\_. 1981. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. 1994. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. 1996. "Mediação e metamorfose", *Mana: estudos de antropologia social*, vol. 2, no. 1, abril, p. 97-107.
- VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. (orgs.) 2001. *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano.
- \_\_\_\_\_. 2003. *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

- VIANNA, Hermano. 1995. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/UFRJ.
- VIANNA, Letícia. 1999. *Bezerra da Silva: produto do morro - a trajetória e a obra de um sambista que não é santo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- VIEGAS, Ana Claudia C. 1997. *Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama-RJ*. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (tese de doutorado).
- VINCENT, Joan. 1990. *Anthropology and politics: visions, traditions, and trends*. Tucson, University of Arizona Press.
- \_\_\_\_\_. 2002. *The anthropology of politics: a reader in ethnography, theory, and critique*. Malden, Mass./Oxford, Blackwell.
- WHYTE, William Foote. 1943. "Instruction and Research: A Challenge to Political Scientists", *The American Political Science Review*, vol. 37, n. 4, aug., p. 692-697
- \_\_\_\_\_. 1981 [1943]. *Street corner society : the social structure of an Italian slum*. Chicago; London, University of Chicago Press, 3ª edição.
- WOLF, Eric R. 1969. "Kinship, friendship, and patron-client relations in complex societies", in: Michael Banton (ed.), *The Social Anthropology of Complex Societies*. London, Tavistock, p. 1-22.

## Sobre a Autora

Karina Kuschnir ([karinakuschnir@gmail.com](mailto:karinakuschnir@gmail.com)) nasceu no Rio de Janeiro em 1967. É jornalista, mestre (1993) e doutora (1998) em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desde 1992, é professora do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. Já foi professora visitante e pesquisadora associada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e no Museu Nacional (UFRJ), respectivamente. Em 2005 foi pesquisadora visitante no Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford. Atualmente, é pesquisadora associada ao Núcleo de Antropologia da Política (NuAP/Pronex) e ao Laboratório de Pesquisas em Comunicação Política e Opinião Pública – Doxa (Iuperj).

É autora de *Eleições e Representação no Rio de Janeiro* (Relume-Dumará, 2000) e *O Cotidiano da Política* (Jorge Zahar, 2000). É também co-organizadora, com Gilberto Velho, de *Mediação, Cultura e Política* (Aeroplano, 2001) e *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico* (Jorge Zahar, 2003). Contribuiu com capítulos em *Como se fazem eleições no Brasil* (Relume-Dumará, 2002), *Antropologia Urbana* (Jorge Zahar, 1999), *Candidatos e Candidaturas* (Annablume, 1998), *Antropologia, Voto e Representação Política* (ContraCapa, 1996), entre outros. Publicou artigos em revistas como *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Estudos Históricos*, *Mana*, *Interseções*, entre outras.